

SOCIALISMO

Introdução

1. O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social. Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira.

2. Este é um momento privilegiado para que, diante da grave crise que o País atravessa, o PT formule e apresente à sociedade brasileira alternativas à política do governo federal e aponte, em conjunto com as demais forças democráticas e socialistas, um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil.

3. O Governo Collor e os defensores do capitalismo nunca fizeram tanto marketing político como agora. Trabalham com quatro ou cinco palavras de ordem (Estado mínimo, desregulamentação, privatização, livre comércio, mercado etc.), disputando aspirações, sentimentos e vontades políticas, tentando quebrar toda a representação e significados que tinha e tem para a humanidade a possibilidade de existir outra forma de organização da sociedade, distinta do capitalismo.

4. Simultaneamente, o País assiste a um espetáculo de corrupção, de fisiologia e de violência nunca visto antes. É a truculência contra as instituições; é o aceno à pena de morte e aos linchamentos para conter a violência, que cresce com a desagregação social; é o uso da ameaça militar contra o Legislativo. O governo retoma o pagamento da dívida externa e comanda uma política econômica que não oferece saídas para o Brasil. Acentua-se a liquidação do patrimônio público e a degradação dos serviços sociais. As políticas agrária e agrícola intensificam o êxodo rural e estimulam a violência contra os trabalhadores rurais. Inexiste uma política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria.

5. A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperança que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na idéia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o País à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social.

6. Esta é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem. Ao mesmo tempo, é um momento decisivo para estimular os movimentos sociais, quebrar o cerco que a direita fecha contra nossos governos municipais, ligar nossa luta no Congresso Nacional à mobilização social e, sobretudo, trazer o Partido de volta às ruas, retomando com todo vigor o combate ao governo e às elites, que se beneficiam do quadro atual.

7. Caberá recolher as experiências e as críticas acerca das administrações democrático-populares, transformando-as em estímulo e solidariedade necessários para promover correções de rumo, que permitam a nossos governantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo.

8. Devem estar presentes, também, as preocupações com o movimento sindical cutista. É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna.

9. É necessário recuperar toda a formulação acumulada sobre o papel estratégico do movimento popular, que tem sido elaborada a partir das práticas de luta de todo um conjunto de militantes do Partido, que hoje participam do processo de construção da Central de Movimentos Populares, tendo em vista a articulação de movimentos e unificação de lutas em torno de eixos estratégicos, como a reforma urbana, por exemplo.

10. Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do Partido, para que se possa transformar as demandas dos movimentos sociais, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do Partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e conseqüência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disto, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional.

11. Se acreditarmos que o momento exige a retomada da mobilização e da organização popular, precisamos fazer com que os debates também sirvam a esse objetivo. Daí a necessidade de associarmos as discussões acerca do socialismo, dos caminhos para construí-lo e da reorganização partidária ao enfrentamento dos problemas reais do país e à disputa com o projeto neoliberal do Governo Collor.

12. Por isso abrimos este documento com um chamamento à luta. E o desenvolvemos com uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade. Destacamos, de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem social-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia. Desenvolvemos, em seguida, as linhas gerais de um projeto para o Brasil, das bases de nossas políticas táticas e setoriais e, por fim, a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas.

13. Queremos que todos os filiados e simpatizantes do PT, independente de filiação a tendências, possam ter vez e voz na vida partidária. Um partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico, necessários para promover um desenvolvimento alternativo no País. Para isso, é fundamental que os debates tratem do Brasil real, dos grandes problemas nacionais, dos meios para a combinação da luta social e institucional, dos rumos do movimento sindical, da tática eleitoral e da política de alianças para 1992. E é vital que se integrem em nossas preocupações as lutas dos sem-terra, dos movimentos populares e o desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil.

14. Este é o sentido deste documento: remobilizar as energias do Partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil.

A NOVA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

15. A situação mundial vive mudanças profundas. Os Estados Unidos saem fortalecidos da Guerra do Golfo. Prossegue e se agrava a crise nos países do socialismo real. A formação de grandes blocos econômicos acentua a segregação política, econômica e social da maior parte da humanidade. Aprofunda-se a diferença entre o Norte e o Sul. A vertiginosa onda de inovações tecnológicas é acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores nos últimos 50 anos. O mundo caminha para o próximo século sem ter solucionado os grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – pior ainda, vendo agravarem-se a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo.

16. Estamos assistindo ao fim das relações internacionais estabelecidas depois da 2ª Guerra Mundial. O desmoronamento dos regimes do Leste Europeu e a crise brutal que corrói a URSS – que atinge também todos os países que beberam da fonte do socialismo real – abrem caminho para um mundo no qual os Estados Unidos, em decadência econômica, mantêm a hegemonia graças a sua preponderância militar estratégica.

17. O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

18. Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o

capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.

19. O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca.

AUMENTAM AS DESIGUALDADES

20. Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Este novo sistema de produção da riqueza mundial apóia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui, progressivamente, operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para desmaterializar a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas. No processo de trabalho, a mão-de-obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional, com o que os países do Terceiro Mundo perdem uma de suas “vantagens comparativas”.

21. Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria, investe sobre as conquistas sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho, reforçando a centralização do controle da economia mundial nos pólos norte-americano, europeu e japonês, amplificando, em escala planetária, a destruição ambiental.

22. Na esteira das novas tecnologias, mudam também os métodos de gestão. O trabalho de grupo, os círculos de controle de qualidade tendem a substituir a tradicional linha de montagem: o padrão taylorista, fordista, cede a vez ao toyotismo, como se convencionou chamar os novos métodos de gestão.

23. As múltiplas e revolucionárias inovações em curso, caso persistam sob controle e domínio dos capitalistas, continuarão engendrando graves e crescentes problemas sociais. Caso apropriadas pelos trabalhadores, articulados com suas organizações políticas e sindicais, poderão ser utilizadas como forças de extraordinária importância para a libertação da humanidade (diminuição da jornada de trabalho, diminuição das desigualdades sociais, ampliação do tempo disponível para o lazer e a política etc.).

24. Do ponto de vista político, o fim da Guerra Fria e da bipolaridade militar entre Leste e Oeste descortina uma transição para uma unipolaridade militar estratégica sob hegemonia dos EUA. O principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul. Os conflitos regionais passam a ter dimensão internacional, mas sem o contraponto do bloco socialista e com risco permanente de intervenção dos Estados Unidos, cujas forças armadas tendem, cada vez mais, à condição de mercenários. O grande muro do final do século é entre os países centrais e os países pobres, onde pequenas elites opulentas vivem em meio à miséria de milhões – com enormes dificuldades de participação na chamada “nova ordem internacional”. Isto não significa o fim dos choques entre as alternativas globais – capitalismo e socialismo – nem tampouco o encerramento dos conflitos nos países ricos do norte, onde se aprofunda a concentração de renda e riqueza, aumentam o racismo e a xenofobia nacionalista e cresce o desemprego, exigindo novas dimensões da luta social.

25. Sob a liderança do chamado Grupo dos Sete (no qual a União Soviética pede ingresso), os três grandes blocos econômicos – EUA, Europa-92 e Japão – manipulam os organismos multilaterais e propõem, abertamente, converter a ONU em polícia do mundo. Fazem parte desse plano o disciplinamento militar do Terceiro Mundo, seja através do controle de armamentos, seja mesmo pela desmobilização de suas forças armadas, a serem substituídas por uma força supranacional controlada pela ONU e administrada pelos EUA.

26. A globalização da produção, ao estabelecer novos marcos de competitividade e novas escalas de produção, apressa a consolidação de grandes blocos econômicos regionais. Os EUA promovem uma integração em escala avançada com o Canadá e, recentemente, com o México, para criar um megamercado capaz de concentrar 30% da produção mundial e 16% do comércio internacional, embora reúna não mais que 5% da população do planeta. Economicamente debilitado por uma dívida que absorve quase 200 bilhões de dólares por ano de capitais externos e atrasado na corrida tecnológica liderada pelo Japão, ainda assim os EUA contam com sua supremacia política e militar para manter o dólar como padrão monetário.

27. A Europa integra na Comunidade Econômica 12 países, 350 milhões de habitantes (7% da população mundial), 25% da produção e 40% do comércio internacional. Com instâncias supranacionais de coordenação de políticas públicas, identidade cultural e planejamento estratégico, o bloco europeu pode ganhar força nas decisões trilaterais, se conseguir superar as divergências existentes no seu interior.

28. O terceiro bloco, composto pelo Japão e os países asiáticos de industrialização recente, embora pouco formalizado como agrupamento, beneficia-se de uma alta complementaridade produtiva e é impulsionado pelo imenso dinamismo da economia japonesa. Este bloco, sem peso significativo no cenário político, agrega 7% da população terrena e responde por 16,5% tanto do PIB quanto do comércio internacional.

29. Já a URSS, com 16,3% do PIB mundial em 1950, não representa atualmente mais que 9% e tende a continuar perdendo espaço econômico e político nas relações internacionais.

30. Em contraste com esse quadro de concentração de riqueza e poder, o Terceiro Mundo, com 75% da população mundial, teve sua participação no PIB reduzida de 22,4%, em 1980, para apenas 16,9%, em 1990. No Terceiro Mundo, um bilhão de seres humanos sobrevivem com uma renda per capita de 370 dólares; 500 milhões estão em estado agudo de subnutrição; 40% da população mundial vivem sem acesso a serviços profissionais de saúde; e 30% não têm disponível sequer água potável.

ECONOMIA E NATUREZA

31. A nova ordem econômica, política e militar capitalista concentra cada vez mais conhecimento, poder e riqueza nos países ricos do Norte (onde também existe desemprego e miséria), ao mesmo tempo que torna insustentáveis as condições de vida da maioria da população do planeta.

32. Porém, esse modelo de sociedade não é universalizável. Seja porque há uma contradição entre formas cada vez mais socializadas de produção e o consumo relativamente restrito, seja porque há limites políticos, populacionais e ecológicos à sua generalização. O homem e a mulher são partes da natureza. São as partes que desenvolveram a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalidade, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou. Os socialistas recusam a tese de que “o homem está destruindo a natureza”. Essa tese, ao falar de um homem genérico, dilui as responsabilidades pela atual devastação do planeta.

33. Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera grande riqueza para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta. Desse modo, os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

34. Os socialistas propõem novos critérios para elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação ambiental, como, por exemplo, a perda da biodiversidade, da fertilidade da terra, da água e da pureza do ar. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e de privatização dos benefícios. Para nós, são indicadores do desenvolvimento o tempo livre e o avanço cultural do povo e, para isso, é fundamental retornar-se à luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e o resultado das lutas de classe. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e produzido para que o homem possa ser, efetivamente, livre.

35. Até agora, o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica, basicamente, por seu impacto no desemprego, com ênfase nas consequências da robótica e da informática. Esse é o aspecto importante e, através dele, é possível perceber com clareza que a redução da jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto,

considerando outro lado da questão, vemos que o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional de salários) ao invés de lutar pela despoluição dos locais de trabalho e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital.

36. Os socialistas lançam junto aos sindicatos, e à classe trabalhadora, a luta política pelas tecnologias limpas e um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto biofísicoquímico, como psicossocial. Devemos assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo sobre a saúde e a vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida.

37. A luta pela substituição das tecnologias sujas, que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia, entre outros, supõem o aumento da consciência de classe e, por incorporarem dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Obter ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, invocado pelo capital para não revelar a composição química dos seus produtos, não pode estar acima da vida. Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve-se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição do consumo final.

38. Um projeto socialista pressupõe as reformas agrária e urbana, pensando-as articuladamente com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas (biodigestores, miniusinas, energia solar e eólica) é importante na democratização do acesso à energia e o desenvolvimento de pequenas e médias cidades. Porém, não devemos nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades, exigindo a proteção das encostas, dos mananciais e fundos de vale, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano, entre outras propostas.

39. Defendemos uma nova divisão de trabalho radicalmente diferente da atual, onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta, como a robótica, a biotecnologia, a informática, a química fina e o laser e realocizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia, e do próprio homem. O direito à autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como suas fontes naturais de vida. Ao nosso conceito de soberania e à nossa ética será incorporada uma dimensão ecológica.

O IMPACTO SOBRE A AMÉRICA LATINA

40. O resultado de mais uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo foi o crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira avassaladora. A dívida externa tornou-se um verdadeiro sorvedouro de recursos. Só na década de 80, 250 bilhões de dólares saíram do Continente, ao mesmo tempo em que a economia deixava de crescer, culminando, em 1989, com a menor taxa de desempenho entre todas as regiões do mundo. Eis o retrato da década perdida: a

renda per capita da América Latina, de 2.320 dólares, em 1980, caiu para 2.090, em 1990.

41. A imposição das políticas de ajuste do FMI trouxe consigo a recessão econômica prolongada e a hiperinflação, mergulhando a América Latina num processo de regressão econômica e fragmentação social: nos anos 80, o desemprego cresceu 50% na região, segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o subemprego atinge 35% da população economicamente ativa, agravando os níveis de marginalidade.

42. O neoliberalismo se apresentou como projeto de ajuste do capitalismo no Continente. Poderosa ofensiva ideológica dos centros de poder do capitalismo internacional, o neoliberalismo implica também um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, baseado no nacional-desenvolvimentismo e no modelo de substituição de importações. O projeto neoliberal está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.

43. Amparado pelo discurso neoliberal, o governo norte-americano promove uma descarada intervenção no Continente, sutilmente batizada como “Iniciativa para as Américas”. A dolarização em curso em vários países, a agressão militar em países centro-americanos, as ameaças de intervenção, pressões em setores de tecnologia de ponta (como química fina e informática), o debate sobre a Amazônia, a indústria bélica e o narcotráfico, eis a pauta do contencioso dos países da América Latina com os EUA.

ARTICULANDO UMA ALTERNATIVA

44. O impasse histórico do capitalismo na região e a incapacidade do neoliberalismo e das elites locais em formularem soluções exigem da esquerda a apresentação de um projeto emergencial de desenvolvimento, que compatibilize as necessidades de modernização com o atendimento das enormes demandas populares.

45. Diante das pressões imperialistas pelo controle da região, mais que nunca se faz necessária uma estratégia continental de solidariedade, de alianças entre forças políticas e sociais progressistas, que associe amplas mobilizações populares ao papel do direito internacional como dirimidor de conflitos. Até porque, se a chamada política de coexistência pacífica já criara zonas de influência reservadas a cada um dos campos (EUA e URSS), o cenário deste final de século descarta qualquer possibilidade de cobertura estratégica por parte dos países do antigo campo socialista às lutas de emancipação no Continente.

46. Os anos recentes conheceram o fim das ditaduras militares no Continente e o avanço dos movimentos revolucionários na América Central. Mesmo hoje, a tentativa de afirmação do neoliberalismo enfrenta a resistência de movimentos populares, sindicais e setores políticos locais, fortalecidos por recentes sucessos eleitorais da esquerda, como foram os casos de Lula, no Brasil; [de] Cárdenas, no México; de Aristide, no Haiti; e da Frente de Esquerda, na Colômbia. Trata-se, agora, de articular os movimentos e setores organizados da população aos amplos setores marginalizados e envolvidos em relações informais de trabalho, de sorte que o

protesto econômico não seja a única forma de expressão dos de baixo, mas que se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento, sem o que há o risco de uma fragmentação social ainda maior.

47. Diante das tendências em curso, que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade, urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras.

48. O PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder. Não haverá uma nova ordem democrática sem uma ampla participação dos países pobres do Sul e sem a distribuição do poder econômico, político, tecnológico e militar concentrado nos países ricos – um verdadeiro obstáculo à criação de uma nova civilização. Isso significa que a emancipação da América Latina e a construção de uma nova sociedade passam, necessariamente, pela superação da ordem mundial que hoje se estrutura e da dominação daqueles setores que, dentro e fora dos países do Continente, dela se beneficiam.

49. Os eixos de luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, elaborados nos 5º e 6º Encontros Nacionais do PT, como as bases do programa sustentado pelos trabalhadores e a maioria da nação brasileira, dizem respeito a problemas que são enfrentados por todos os países de nosso Continente (exceto Cuba): a dominação imperialista e a necessidade da conquista de uma efetiva soberania nacional; a ligação indissolúvel entre as classes dominantes nacionais e internacionais, responsável pela miséria de nossos povos; as ameaças permanentes postas para os avanços democráticos (como vemos agora no novo golpe do Haiti) e a luta das majorias populares pelo seu aprofundamento; a luta pela reforma agrária contra os latifúndios que dominam a maioria das terras do Continente; a luta pela reforma urbana radical; a defesa, contra o capital monopolista, das empresas estatais estratégicas, construídas nas décadas anteriores e hoje sucateadas e/ou entregues de presente aos grupos de pressão burgueses nacionais e internacionais etc. É somente na luta pela realização destas tarefas que nosso Continente poderá conquistar uma inserção internacional diferente da atual, contribuindo para a estruturação de uma nova ordem internacional não opressiva.

50. A nova ordem econômica deverá solucionar definitivamente a questão da dívida externa e terá de reverter o fluxo de capitais do Norte para o Sul, através de amplos e consistentes programas de cooperação econômica, promovendo a distribuição da riqueza e do conhecimento técnico-científico internacional.

51. Uma nova ordem ecológica é fundamental para evitar a destruição coletiva da humanidade. Nesse sentido, é decisivo que o PT se prepare para enfrentar a grande disputa político-ideológica que se trava em torno dos temas ecológicos. É particularmente importante acompanhar os eventos da Rio-92 e as várias iniciativas paralelas atualmente em preparação, no sentido de evitar que a discussão sobre uma gestão mundial dos recursos naturais estratégicos seja feita sem levar em conta a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, efetivamente

democrática. Até porque os países ricos são os principais responsáveis pela destruição ambiental.

52. Outra iniciativa que deve ser acompanhada de perto pelo PT é a do Mercosul, que pretende integrar comercialmente Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, potencialmente, Chile. Nossa ação deve voltar-se para envolver os movimentos populares, o sindicalismo, as forças de esquerda democráticas e socialistas, colocando na pauta de discussão a questão da dívida externa e de uma política frente aos megamercados, se empenhando para que a integração não se limite às relações comerciais.

UM NOVO INTERNACIONALISMO

53. O PT, que vem desenvolvendo um esforço de articulação dos partidos de esquerda no Continente – com os Encontros de São Paulo e da Cidade do México – deve prosseguir com estas iniciativas, abrindo um novo espaço de articulação partidária e sindical no Cone Sul. Nesse sentido, devemos lutar pela construção de um novo internacionalismo, fundado em novos valores, em novos sujeitos e agentes políticos, que estejam empenhados em constituir uma nova civilização.

54. O PT reafirma sua solidariedade ativa à luta emancipatória e revolucionária dos povos dos países pobres do Sul, em especial à revolução na Nicarágua, cuja evolução acompanhamos com interesse. A Revolução Cubana tem, para nós, um significado particular, pela defesa da soberania nacional, pelo antiimperialismo e pelas conquistas sociais por ela estabelecidas. Por isso, seus esforços para suportar a pressão imperialista do Governo Bush contarão com o apoio do PT, que desenvolverá uma campanha de solidariedade ao povo cubano, para que se respeite sua autodeterminação e se preservem suas conquistas. Ganha especial destaque a luta contra o bloqueio econômico imposto pelos governos imperialistas, que cobra de toda a esquerda a criação de poderoso movimento de protesto, influência da opinião pública mundial e articulação de iniciativas concretas de apoio e sustentação das conquistas da Revolução Cubana. Compreendemos, contudo, que a melhor e mais eficaz defesa da Revolução Cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através da instituição dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação.

55. A transnacionalização vertiginosa do capital impõe às organizações dos trabalhadores uma nova e criativa ação internacional, capaz de fortalecer suas lutas emancipadoras. No plano sindical, é fundamental se ampliem as experiências de articulação de comissões de trabalhadores por empresas transnacionais, como a CUT vem fazendo. Cabe, também, fortalecer organizativa e politicamente a Coordenação Sindical Latino-Americana, dando-lhe maior efetividade na luta contra a dívida externa e maior capacidade propositiva frente ao desafio da integração continental.

56. Ademais, diante das profundas transformações em curso no sindicalismo mundial, com a virtual extinção da FSM (Federação Sindical Mundial) e a expansão político-organizativa da CIOSL, torna-se imprescindível que se promova um amplo e democrático debate junto às bases do movimento sindical acerca das possibilidades

abertas ao sindicalismo internacional nesta nova conjuntura, debate no qual o PT tem que tomar parte ativa.

57. A CUT deve, segundo resolução do IV Concut, definir sua posição sobre a proposta de filiação ou não à CIOSL em Plenária Nacional da entidade, em 1992. Trata-se de uma questão que tem profundas implicações para a construção da CUT. Esse é um tema sindical eminentemente político. Sobre ele, o PT deve adotar uma posição que deve balizar a atuação de seus militantes na CUT, propiciando a intervenção unificada de seus sindicalistas. Para tal, o PT deverá realizar um amplo debate na base partidária, diretórios municipais, plenárias estaduais, que culmine com uma plenária nacional sindical do PT, anterior à plenária da CUT.

58. Já existe, no âmbito da América Latina, um intercâmbio entre os diversos movimentos populares, a troca de experiências acumuladas no desenvolvimento das lutas contra a exploração capitalista da reprodução social da força de trabalho, bem como do enfrentamento da dominação cultural. A realização, este ano, do Encontro Continental de Organizações Comunitárias, no Brasil, para tratar de habitação, meio ambiente e saneamento é um alerta, para o PT, da importância cada vez maior dos movimentos populares também no plano internacional e da necessidade de tratá-los estrategicamente na luta pela hegemonia do projeto democrático e popular.

59. Como força política capaz de governar o Brasil, a política internacional do PT, pautada pelo novo internacionalismo, deve estreitar o diálogo com os partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos da nossa concepção de socialismo. Nossa política internacional deve ser ampla, plural, solidária e capaz de costurar uma rede de alianças que amplie nossa capacidade efetiva de transformar a sociedade brasileira.

O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL

60. No Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações econômicas, sociais e políticas, que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo. O que está, em alguns daqueles países, ocorrendo são verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS. Diante destas enormes mudanças no panorama internacional, com profundas incidências sobre os paradigmas da luta pelo socialismo, o PT está chamado a compreender em profundidade tais acontecimentos, evitando tanto a postura daqueles que se lamentam diante da redobrada ofensiva do capital – por não perceberem como positivo o renascimento histórico de povos que durante décadas tiveram sua iniciativa política sufocada – quanto dos que não querem ver o muro da miséria que está se erguendo sobre os escombros do socialismo real. Num momento como esse, de mudanças tão profundas e rápidas, é preciso evitar a pressa dos que propõem vaticínios definitivos sobre um processo ainda em curso.

61. Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. Por isso mesmo, o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do

movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural. Entretanto, a confusão político-ideológica promovida por aqueles governos que se intitulavam “socialistas” e “populares” tem seu preço: hoje, nos países do ex-socialismo real, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra.

62. Politicamente, mantêm-se ativas as forças que representam o passado – como se viu no fracassado golpe de Estado na URSS – ao mesmo tempo que crescem as forças de direita, o monarquismo e o populismo reacionário, que se aproveitam do justificado anticomunismo daqueles povos. Os conflitos étnicos – pretensamente suprimidos a fórceps – adquirem a dimensão de guerra civil na Iugoslávia e noutros países, mas existem sinais de que os trabalhadores resistem a esse estado de coisas. É o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade rompeu com o governo de Lech Walesa e manteve uma linha combativa, o que nos ajuda a entender a boa vontade com que a comunidade internacional perdoou a dívida externa polonesa. Cabe ao PT estar atento a esses acontecimentos, buscando, especialmente, contatar aqueles agrupamentos políticos e sociais que venham a expressar os mesmos ideais configurados no projeto socialista de nosso partido.

63. Apesar das diferenças e da heterogeneidade, e de suas particularidades nacionais, culturais e políticas, a crise do socialismo real também atinge aqueles países que, na África, na Ásia e na América, fizeram opção por um desenvolvimento não-capitalista. Alguns desses países – como é o caso da China e do Vietnã – optaram por manter fechados os seus regimes políticos, embora adotem programas de reformas econômicas, que se encontram em estágio bastante avançado. Outros países, como é o caso de Angola e Moçambique, entraram em profunda e prolongada crise. O fim do apoio econômico e militar soviético retirou desses países as condições com as quais sustentavam regimes, na maioria dos casos, sem apoio popular, submetidos ao cerco imperialista e a prolongados processos de guerra civil.

64. Com a derrota eleitoral da FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional], o único regime de orientação socialista que sobrevive na América Latina é o cubano. A dissolução do campo socialista e o bloqueio econômico movido pelos Estados Unidos criam enormes dificuldades a Cuba. Tudo indica, porém, que naquele país continuam presentes o sentimento antiimperialista e a mobilização de massa pela independência, pela soberania nacional e pelo socialismo. No entanto, caso fraqueje a solidariedade internacional, persistam sem solução as enormes dificuldades econômicas e não se introduzam reformas democráticas, podem surgir outros desdobramentos.

O QUE DESABOU NO LESTE

65. O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças, de país para país, bebeu direta ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas, que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e a experiência histórica posterior. Mas também manifestou contradições com aquelas mesmas fontes teóricas.

66. A Revolução Russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas – o seu isolamento internacional, em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional; a destruição massiva do país e suas conseqüências sociais; a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no plano da democracia política; o crescente poder no novo Estado e no Partido com ele imbricado de uma burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle etc.

67. Esse processo – que deriva de circunstâncias objetivas que não podem ser subestimadas e, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder – teve como resultado global uma verdadeira contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética.

68. Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só País, fundado na estatização dos meios de produção, sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização – em verdade a negação – do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma idéia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção. Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores, como as Revoluções Chinesa, Iugoslava, Vietnamita ou mesmo, ainda que em menor grau, a Cubana.

69. Essas experiências difundiram-se e influenciaram gerações e gerações de militantes de esquerda. Terminou-se por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da própria experiência histórica posterior. Esses dogmas aparecem, hoje, fortemente identificados com as tradições do movimento socialista, e com a própria noção de socialismo.

70. O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.

71. Entretanto, diversas vezes tomamos a defesa dos regimes do socialismo real com o argumento de que neles, ao menos, os socialistas tinham conseguido resolver os problemas sociais aqui não superados. Nossa crítica apontava para a sua essência antidemocrática, mas incorporávamos suas experiências por aquilo que, supostamente, haviam resolvido historicamente. Essa contradição entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipássemos criticamente, com todas as

conseqüências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam.

72. Embora nunca tivessem sido predominantes, há uma série de fatores na história do PT que ajudam a entender as razões desta contradição. Entre elas, destacam-se a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições de guerra fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a idéia de democratização da sociedade a partir do Estado; e, finalmente, a convivência com teorias cientificistas e produtivistas do desenvolvimento econômico. Desse modo, acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade.

73. Quando lutamos contra a Ditadura Militar e a Nova República, não entendíamos a democracia como uma formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia, para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos. Foi por não incorporarem esta concepção que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus países a um beco sem saída.

74. Mesmo com o progresso material da sociedade – e, na maioria destes países, esse progresso ocorreu relativamente a sua história – a resolução burocrática e administrativa da organização da produção, da circulação de bens e da vida social acabou por pressupor uma nova forma de gerir instituições que pouco se diferenciava das velhas instituições capitalistas. A nova ordem, a cidadania plena, a liberdade não só não chegaram a essas sociedades, nem penetraram em suas instituições, como foram negadas em nome da “defesa das conquistas sociais ameaçadas constantemente pelo inimigo externo”.

75. O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia, que tampouco foi seguida por sua efetiva socialização; o planejamento burocrático altamente centralizado, que se fechou à participação real dos trabalhadores; a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; o bloqueio à livre manifestação das preferências de consumo, a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem, inclusive aquelas patrocinadas pela ação imperialista, provocaram o esgotamento do impulso libertário das revoluções socialistas.

76. O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania, esta realidade, que vem à tona de forma mais flagrante hoje, causa impacto no mundo, em especial na juventude. Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem que recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real.

77. Um dos dogmas que desabou no Leste Europeu foi a verdadeira ficção histórica de que seria possível a um bloco de países construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial. A expropriação da burguesia e do grande capital internacional abriu uma fissura no mercado mundial. A URSS e os países do Leste Europeu tenderam a ser excluídos da divisão internacional do

trabalho que prevaleceu no sistema capitalista internacional. Essa situação só pode ser suportável durante um certo período. Mas o seu desenvolvimento acabou exigindo e pressionando a favor da reintegração desses países no mercado mundial, sem o que essas economias socializadas não conseguiriam – como acabaram não conseguindo – superar as contradições entre o livre desenvolvimento da produção, a necessidade de intercâmbio tecnológico, científico e as bases atrasadas desses países.

78. A produtividade do trabalho impõe, para seu crescimento, um permanente progresso tecnológico, que os países ricos só podem financiar graças ao domínio econômico que exercem sobre a maioria dos países do mundo. A busca de resolução desses problemas com recursos exclusivos de um só País, ou mesmo de um bloco de países até então atrasados, só pode gerar impasse. Ou, como acontece efetivamente, por pragmatismo, a uma relação hipócrita de coexistência com o grande capital, em prol do qual muitas vezes se chegou a sacrificar a solidariedade internacional a processos revolucionários.

79. Se, hoje, amplos setores da população daqueles países enxergam com simpatia o retomo a formas de exploração familiar da terra, o restabelecimento de mecanismos de mercado, inclusive uma certa presença do capital estrangeiro e de mercadorias de “melhor qualidade”, provenientes do exterior capitalista, é porque os regimes burocráticos foram incapazes de propiciar tanto democracia quanto o permanente desenvolvimento tecnológico.

80. Por isso, apesar de muitas vezes levarem ao retorno do capitalismo e mesmo diante dos riscos de terceiro-mundização dos países do Leste, o PT saudou as transformações lá ocorridas, porque se trata de um renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino. Só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.

NOSSO CAMINHO PARA O SOCIALISMO

81. Testemunha da violência estrutural do capitalismo brasileiro, de sua lógica perversa e excludente, o PT já nasceu pregando a sua superação histórica e a construção, em nosso País, de uma sociedade verdadeiramente democrática e libertária. Toda uma década de intenso convívio com a tragédia social brasileira fortaleceu nossas convicções radicalmente democráticas e anticapitalistas. É o capitalismo – não aquele dos paraísos verbais, mas o capitalismo realmente existente – que condena à miséria, à sub-humanidade, parcelas crescentes de nossa população e faz da sociedade brasileira uma das mais desiguais e opressivas do planeta.

82. Por isso mesmo, o PT recusa qualquer postura defensiva diante do que ocorre no Brasil e no mundo. Num País como o nosso, em que metade da população vegeta à margem da cidadania, são mais justas e necessárias do que nunca as lutas de libertação dos explorados e oprimidos. Num País como o nosso, a indignação é a maior das virtudes cívicas – e a revolta é a atitude ética por excelência.

83. O PT não aceita que o retumbante fracasso dos regimes do socialismo real seja usado como biombo para ocultar os crimes do capitalismo brasileiro. O fim das ditaduras erigidas em nome do socialismo não exime, absolutamente, as elites brasileiras da responsabilidade pelo descalabro do País. Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático.

84. Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais.

85. Mas o novo não nasce do nada. Embora saibamos que não existem respostas prontas para os desafios que estamos vivendo, a nossa própria trajetória de lutas pode fornecer-nos subsídios importantes, assim como pode ser de grande valia o exame crítico das experiências do socialismo real e a análise das contradições particulares do capitalismo contemporâneo.

86. O desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas. Não basta negar o modelo de socialismo real como tentativa de realização estatal da utopia. É preciso aprofundar, sem autocomplacência, a nossa análise para extirpar de nossas práticas partidárias e sociais as manifestações autoritárias que, no discurso, condenamos.

87. A democracia e as relações internas no Partido, nas prefeituras que dirigimos e nos movimentos sociais de que participamos devem ser analisadas e criticadas abertamente por nós. É preciso reconhecer que no “petismo real” existem, em quantidade exagerada e perigosa, fenômenos como o aparelhismo, o sectarismo, as manobras espúrias, a falta de democracia. Sem superar tudo isso, o discurso acerca de nosso projeto de um socialismo renovado ficará no papel. Não seremos capazes de construir uma sociedade melhor amanhã, se não formos capazes de mudar nossa prática hoje.

88. A utopia só merece este nome, e só terá forças para mover e comover multidões, para realizar-se como projeto histórico, se começar aqui e agora, em nossa existência cotidiana, em nossa militância, na trajetória coletiva da classe trabalhadora, ainda que através de experiências particulares, microsociais, capazes de prefigurar a sociedade de homens e mulheres livres que queremos construir.

89. O PT sabe, também, que esta tarefa não é unicamente nossa e se declara disposto a somar-se com todos os movimentos políticos que, no Brasil e no mundo, estejam empenhados em superar os impasses do socialismo. Ao fazê-lo, apresenta

dois pressupostos para que o debate seja, a um só tempo, amplamente democrático e orientado pelo que ocorre no mundo real. O primeiro, no nível do método, é que não se pode violentar as características de um partido democrático e de massas como o PT. Isso significa que o debate, longe de ficar restrito a um pequeno círculo de intelectuais e dirigentes, deve envolver o conjunto de filiados e simpatizantes e, a partir destes, se estender a toda a sociedade. Do mesmo modo, o debate deve contemplar a pluralidade de um partido laico, sem doutrina oficial.

90. O segundo pressuposto diz respeito ao nosso posicionamento. Estamos passando a limpo nossa experiência, buscando caminhos, numa conjuntura específica, num momento histórico determinado, localizado no tempo e no espaço. Assim sendo, entramos no debate tomando partido, reafirmando nossa condição socialista, que não se deixa seduzir pelos discursos que a burguesia divulga em todos os seus veículos e canais, na tentativa de afirmar sua supremacia e de proclamar a vitória final do capitalismo, como forma de organização superior da sociedade.

91. A discussão não é acadêmica, neutra ou abstrata. A classe dominante se lança nela com objetivos políticos bastante concretos. No caso do Brasil, temos de manter a nossa crítica persistente e permanente do capitalismo. Está em curso uma disputa política, comandada pelo Governo Collor, na qual se tenta derrotar qualquer proposta, qualquer alternativa ao capitalismo. Daí que, para sermos bem-sucedidos neste embate, teremos de ser capazes não apenas de difundir os ideais libertários de nosso projeto socialista, mas também, e sobretudo neste momento, de apresentar para a sociedade um programa alternativo para o Brasil, sem o que o imaginário da nação continuará aprisionado pelas elites. E o País continuará dominado por uma minoria, que concentra renda, terra, informação e poder, incompatíveis com uma sociedade democrática.

92. Antes de esboçarmos nossas idéias sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo, gostaríamos de resgatar algumas questões de método, com o qual vimos trabalhando desde o 4º Encontro Nacional do PT. Estabelecemos, naquela ocasião, a necessidade de contar com o concurso dos mais diversos elementos de conhecimento, articulados entre si, para traçar um projeto de construção do socialismo em nosso país, entre os quais destacamos os seguintes:

a) o conhecimento da realidade concreta do Brasil, das tendências do desenvolvimento capitalista brasileiro e da correlação de forças no plano nacional, nas suas diferentes dimensões, já que a edificação da nova sociedade só se dará a partir das contradições da atual sociedade capitalista;

b) o conhecimento da prática dos movimentos sociais brasileiros, tendo em conta que a forma concreta como eles lutam e se organizam é que vai determinar, em grande medida, as formas de organização e as relações econômicas, sociais e políticas da futura sociedade;

c) o conhecimento e a avaliação crítica das experiências concretas do socialismo em diferentes países do mundo, assim como dos pressupostos teóricos que as embasaram ou explicaram, na perspectiva da formulação de novos pressupostos teóricos para orientar a ação partidária;

d) o conhecimento das tendências internacionais do desenvolvimento do capitalismo, a avaliação da correlação de forças no plano internacional e sua incidência na dinâmica da luta de classes no País.

93. Esse método de abordagem reitera um pensamento que está implícito no próprio processo de fundação do PT: a construção do socialismo no Brasil deverá ser obra dos próprios trabalhadores brasileiros, sem modelos preconcebidos, nas condições de necessidade e de possibilidade que irão modificando sua ação concreta.

NEM SOCIALISMO REAL, NEM SOCIAL-DEMOCRACIA

94. Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia, ao mesmo tempo em que não deixa de aprender com as tentativas de superação do capitalismo. Na construção dessa alternativa – cujos marcos são os últimos Encontros Nacionais, especialmente o 7º Encontro, que delineou os contornos do “socialismo petista” – nosso Partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT, nem de ninguém. Como afirmou Lula, em 1981, “o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares”.

95. Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Mais do que a mera afirmação retórica de uma idéia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.

96. O PT recusa-se a pensar o futuro da sociedade de acordo com padrões absolutistas e a-históricos. Em nossa concepção de socialismo, não há lugar para a noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões. O socialismo, para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais – com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos – e não um ilusório ser humano perfeito, que não é outra coisa senão a negação do ser humano.

97. Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento.

98. O PT entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite, de fato, uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas motivo também para rechaçarmos a chamada “pluralidade para os partidos operários”, ou seja, “para quem pensa como nós”, que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura.

99. É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.

100. Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa.

101. O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exige também condições socioeconômicas distintas das atuais, entre elas uma importante redução da jornada de trabalho. Nesse quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo, como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa liberal, é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação.

102. A concepção de socialismo que defendemos pretende superar a experiência econômica do socialismo real, baseada em uma estatização generalizada das atividades econômicas, que promoveu o domínio da burocracia e bloqueou o desenvolvimento da criatividade e do avanço tecnológico. De outro lado, recusamos o mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder como forma de organização da produção social.

103. O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e

controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural. Por isso mesmo, entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil.

104. A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do socialismo real (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

105. O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.

106. Ao rejeitar o socialismo real, o PT é, muitas vezes, chamado a definir sua posição frente à social-democracia, corrente política com a qual mantemos e continuaremos mantendo um relacionamento político aberto, franco, crítico e independente. Reiteramos aquilo que já definimos em vários de nossos Encontros Nacionais: o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira.

107. A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico,

através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social.

108. Num país como o nosso, o excedente econômico que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é insuficiente diante das enormes demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente – o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que, politicamente, acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo.

109. A proposta social-democrata obteve relativo sucesso nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a burguesia europeia – acossada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista – foi obrigada a aceitar importantes reivindicações políticas e sociais. À medida, contudo, que se consolidava o Estado de Bem-Estar Social, a social-democracia ampliava seus compromissos com a ordem internacional patrocinada pelos Estados Unidos – a exemplo do que ocorreu na recente Guerra do Golfo. Finalmente, sucumbiu à ofensiva neoliberal, suprimindo, na França e na Espanha, conquistas históricas das classes trabalhadoras. Hoje, podemos dizer que a social-democracia não apenas perdeu a referência socialista, como também se mostra incapaz de sustentar sua proposta de Estado de Bem-Estar Social, imerso na crise fiscal e na regressão política. Cabe ressaltar, também, a apatia e a omissão da social-democracia diante do crescente movimento racista em toda a Europa.

O PAPEL CENTRAL DA DISPUTA DE HEGEMONIA

110. Ao longo dos últimos anos, avançou bastante no PT a compreensão sobre nosso caminho para o socialismo, vale dizer, sobre a estratégia global do Partido. Vêm sendo incorporados, nesse período, à prática e à teoria do Partido, elementos básicos dessa estratégia, como o lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites; a necessidade de construir uma ampla rede de organizações populares; o papel estratégico dos movimentos sociais e populares e de um partido de massas, como o PT; a combinação das mais variadas formas de luta; a articulação entre o campo e a cidade; a constituição de um bloco político e social, soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular; a perspectiva internacionalista e a compreensão da democracia como valor permanente para os trabalhadores.

111. Nessa mesma linha, o 5º Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na

organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo.

112. Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista – e pela correlação de forças sociais que a sustentam – podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo.

113. Vivemos um importante momento de qualificação dos movimentos sindical e popular, que procuram superar posturas corporativistas, isoladas ou meramente reivindicativas. A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos...), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos. A procura de qualificação da ação dos movimentos sociais encontra, em diversas iniciativas, instrumentos de ação para o movimento evoluir positivamente.

114. Duas iniciativas vindas do movimento popular merecem destaque pelo PT:

1) o projeto de emenda popular que cria o fundo nacional de moradia popular, sob controle da sociedade civil;

2) a proposta de construção de uma central de movimentos populares, que englobe os diversos tipos de movimentos, unificando suas lutas mais gerais em princípios e ações nacionais comuns, garantindo a autonomia, a especificidade e o respeito à realidade de cada um.

115. Para fortalecer essa trajetória, o Partido está chamado a se transformar em formulador efetivo e orgânico de políticas de ação de seus militantes para os setores. Nesse sentido, durante o ano de 1992, o PT se propõe a aprofundar a discussão sobre as formas de luta, para que, com base numa resolução partidária, possa orientar a militância quanto à pertinência ou não da proposta de construção da central, e do ano de 1993, para a sua fundação.

116. Para o PT, a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”. Se não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu.

117. Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país

necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem. Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros, que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o status quo vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas.

118. No Brasil, a burguesia administra o gigantismo do complexo econômico nacional e do aparelho de Estado lançando mão de inúmeros esquemas de dominação. A violência dos assassinatos no campo e das ocupações de fábricas por tropas do Exército se combina com as sofisticadas técnicas persuasivas da Rede Globo e de centenas de outros meios de comunicação, ou mesmo com a abertura de algumas fatias do aparelho estatal à presença das forças populares. Tal estratégia de dominação – baseada ainda no recurso constante a golpes militares e no desprezo à democracia e à legalidade que, formalmente, a burguesia diz tanto prezar – só pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva de disputa de hegemonia que não se deixe seduzir por nenhum tipo de ilusão no espírito democrático de nossas elites. Na linha do que foi estabelecido pelas resoluções de vários Encontros Nacionais do Partido, o socialismo que almejamos supõe a construção democrática de uma maioria disposta a construí-lo na sociedade. Mas o PT entende como legítima a autodefesa contra as violações do direito à vida e à cidadania, bem como o direito de rebelião dos povos contra a tirania, internacionalmente reconhecido, inclusive em resoluções das Nações Unidas.

119. A auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação constituem a maior garantia de que será possível sustentar um governo democrático-popular, derrotando as eventuais tentativas golpistas que, como sabemos, fazem parte da tradição da classe dominante no Brasil. É exatamente por isso que consideramos como uma de nossas tarefas estratégicas a luta contra a violência e contra a repressão exercida cotidianamente sobre os trabalhadores e o povo. A redefinição do papel das Forças Armadas, o desmantelamento das milícias paramilitares, o controle social sobre o trabalho policial e a luta contra a ideologia da segurança nacional são caminhos que tornam possível defender a cidadania, os direitos democráticos e os governos populares em um país como o nosso, em que o golpe militar é o recurso mais recorrente, toda vez que as elites vêm seus privilégios ameaçados.

A DISPUTA POR HEGEMONIA HOJE

120. Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.

121. É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia no Brasil que o PT precisa assumir e assimilar, sob pena de ficar prisioneiro, ou de políticas

equivocadas, que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular; ou que privilegiam somente a atuação no campo institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com a luta por reformas políticas e econômicas, mantendo, assim, a luta institucional prisioneira do caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo.

122. A segunda lição que devemos aprender dos últimos anos é a necessidade de, na disputa pela hegemonia, apresentar propostas políticas que levem o movimento sindical e popular a travar a luta e a mobilização sem ficar restrito à luta corporativa, estrangulada pela recessão e pelo desemprego.

123. Para isso, é preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade. A CUT, além do encaminhamento das lutas das diferentes categorias e da luta por uma política salarial e pelo Contrato Coletivo Nacional, tem que ampliar a base dos sindicatos e apresentar-se como interlocutora da classe trabalhadora no debate e na disputa de alternativas para o País, desde a política de saúde e educação até a política tecnológica e as saídas para a crise brasileira.

124. O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos.

125. A necessidade de integrarmos o movimento sindical em nossa estratégia democrática e popular coloca ao PT o enorme desafio de atualizar e desenvolver a linha sindical do Partido, aprovada em 1986, e de priorizar o acompanhamento do que se passa no cenário sindical, ajudando o movimento a superar seus impasses atuais. Essa tarefa, que deve ser objeto dos processos de encontros do próximo ano, deve encontrar, desde já, orientações que permitam iniciarmos a discussão.

126. Há, de um lado, toda uma dimensão bastante positiva cumprida pelo sindicalismo combativo no Brasil. Ele sustentou, ao longo de mais de uma década, um elevado nível de atividade que, se hoje nos parece insuficiente para enfrentar ofensivamente o Governo Collor e sua política recessiva, contribuiu, por todo o período anterior, para minimizar as perdas da classe trabalhadora frente às políticas conservadoras (o que possibilitou aos trabalhadores brasileiros terem perdas comparativamente menores que os de outros países do Continente). É essa combatividade que está na raiz da importante expansão organizativa da CUT desde sua fundação, em 1983.

127. Mas temos, de outro lado, uma série de problemas, que vêm se acumulando sem solução, ao longo dos últimos anos. A estrutura do sindicalismo atrelado ao Estado só foi parcialmente reformada pela ação do sindicalismo

combativo (e essas mudanças foram, em parte, reconhecidas pela Constituição de 1988). Ainda subsiste a unidade baseada no reconhecimento do Ministério do Trabalho. A Convenção 87 da OIT não foi ratificada. A organização por local de trabalho ainda é uma exceção, mesmo nos sindicatos da CUT. A imensa maioria das entidades sindicais não subsiste graças à contribuição voluntária de seus associados, mas sim em função de contribuições compulsórias.

128. No âmbito da CUT, o primeiro problema é a dificuldade dos trabalhadores em redefinir uma orientação que permita dar uma resposta à altura das agressões que sofrem com a política neoliberal. As dificuldades tendem a aumentar, assim como a necessidade de respostas mais incisivas. O segundo problema diz respeito ao enfrentamento com o “sindicalismo de negócios”, que tem colocado seu apoio à aplicação do projeto neoliberal do Governo Collor de Melo. Em terceiro lugar, um preocupante processo de luta vem se desenvolvendo na CUT e nos sindicatos, tendo, em geral, como foco o controle de aparelhos, sem que regras democráticas de convivência sejam estabelecidas e respeitadas. Chega-se ao cúmulo de divisões de cutistas em diferentes chapas em eleições sindicais propiciarem a vitória de correntes de direita, ou de congressos da CUT não discutirem política e se dedicarem apenas à eleição da direção.

129. Os problemas de orientação política, as dificuldades de superação da estrutura burocratizadora estabelecida (e a não superação contamina a própria CUT) e as dificuldades de convivência democrática entre as correntes petistas exigem uma intervenção ativa do PT, como o partido da esquerda brasileira de maior influência no movimento sindical.

130. O Partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de majorias sociais em minorias políticas.

131. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização de relações sociais e pessoais, como é o caso das relações de gênero. Nessas relações, estabelecem-se papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominada, dando base para uma concepção autoritária das relações humanas e da sociedade, com a subordinação das mulheres em todas as esferas sociais. A luta das mulheres contra esse tipo de relações de poder faz parte da luta pela construção de uma sociedade socialista. Nessa construção, o movimento autônomo das mulheres tem papel fundamental, pois desvenda a relação dialética, mutuamente reforçadora, entre a estrutura de classes do capitalismo e a estruturação sexual hierárquica das relações de gênero.

132. O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais (mulheres, negros, juventude, homossexuais etc.), seu direito de lutar e reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática. socialismo entendido como

prática e processo de emancipação da humanidade em geral e de emancipação das mulheres.

133. O movimento de mulheres busca uma nova forma de fazer política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas que aceite a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas também como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher. E nessa busca, o movimento de mulheres propõe formas de poder que transformem as relações sociais, que criem uma sociedade democrática na qual as reivindicações de cada um dos setores sociais encontrem espaço para serem resolvidas. Isso requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude, aos homossexuais e outros as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista que harmonize a heterogeneidade e a diferença.

134. O PT se empenhará no fortalecimento de um movimento de mulheres que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade sem explorados e sem oprimidos, cuja viabilidade está em estreita relação com as profundas mudanças no nível da estrutura econômica, política e social. Um movimento de mulheres que aponte a necessidade de transformação do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Isso significa expressar a necessidade de pensar e viver a política valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo (homem ou mulher), ampliar o horizonte das transformações sociais, resgatar o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, e de uma visão revolucionária e libertária.

135. Desde a nossa fundação, o Partido tem afirmado que a luta contra o capitalismo no Brasil é também a luta contra todas as formas de opressão. Antes mesmo de termos uma definição socialista, o PT defendia uma nova sociedade, “sem oprimidos nem opressores”. Entretanto, nossa trajetória concreta vem deixando muito a desejar quanto a isso. O nosso partido ainda se pensa predominantemente um partido branco, pois a luta anti-racista costuma aparecer apenas como um lembrete de fim de tese. Ainda não integra, visceralmente, nossa identidade ideológica e não chega aos nossos atos coletivos concretos.

136. Propomos um ponto de reversão nesse sentido. Toda a nossa estratégia deve passar a construir-se também a partir da perspectiva racial. Quando discutimos a disputa pela hegemonia, temos que saber que não a alcançaremos se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Quando discutimos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial revolucionário se a discriminação não for combatida com a mesma radicalidade que a exploração. Quando lutamos para desencadear greves políticas de massas, nossos símbolos, nossas bandeiras e métodos precisam confrontar, simultaneamente, o capital e a cultura hipocritamente “universal”, que serve de biombo para esconder o preconceito. Quando disputamos ou até vencemos eleições, nossos programas não deitarão raízes verdadeiras caso não expressem, também, a canção secularmente cantada (mas também sempre cantada) da resistência negra. O socialismo só será realidade no Brasil quando fizer saltar pelos ares o apartheid, quase sempre subliminar e tantas vezes sangrento, da opressão racial.

137. Concretamente, propomos três linhas iniciais de ação estratégica para a luta anti-racista no País:

1) A luta sindical e política sistemática contra a discriminação do negro no mercado de trabalho;

2) A conquista de espaço legal e real no cotidiano das escolas, nas disciplinas de História e mesmo de modo transdisciplinar, para o ensino sobre a luta dos negros pela cidadania no Brasil, da escravidão até o presente;

3) O combate contra a violência ao negro como um dos eixos centrais da luta pelos direitos humanos no Brasil, no discurso e na prática política diária.

138. E apresentamos as seguintes propostas de encaminhamento prático:

a) O Partido incorpora, em nível nacional, campanhas de saúde pública de repúdio à esterilização em massa das mulheres negras, por serem pobres;

b) O Partido deve ter alternativas sobre as questões dos meninos de rua, que estão sendo exterminados diariamente pela polícia ou por grupos organizados, sendo que a maioria dessas crianças são de raça negra.

139. A lógica da dominação oprime particularmente os segmentos sociais não incorporados formalmente ao mercado de trabalho, a exemplo dos idosos, dos menores, dos adolescentes, dos portadores de deficiências, dos ambulantes, dos favelados, dos povos indígenas que, de formas específicas, são cerceados no exercício dos direitos da cidadania.

140. Considerando a existência de mais de 180 povos indígenas no Brasil, que se caracterizam como grupos humanos social e culturalmente diferenciados, o PT:

- defende e lutará pelo pleno reconhecimento e respeito às diversidades étnico-culturais;

- defende o direito dos povos indígenas às suas formas próprias e autônomas de organização social e política, bem como à sua autodeterminação e luta pelo respeito a elas;

- defende o direito desses povos à integridade de seus territórios, cuja regularização deve pautar-se na história, nas tradições, nos usos e costumes dessas sociedades. O reconhecimento desse direito implica, necessariamente, a defesa da desinvasão das terras indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres;

- propõe-se posicionar-se nos conflitos envolvendo comunidades indígenas e camponeses, indígenas e garimpeiros, e outros, bem como comunidades indígenas e o Estado;

- posiciona-se contra a implantação de grandes projetos econômicos e desenvolvimentistas, governamentais ou privados, em terras indígenas e defende projetos étnicos que garantam a sobrevivência destes povos.

141. A luta específica das pessoas portadoras de deficiência integra-se, necessariamente, nas lutas gerais dos trabalhadores na defesa atual dos seus direitos e pela construção de uma sociedade socialista. A principal importância dessa luta específica está na possibilidade de trazer ao processo de transformação econômica da sociedade a necessidade conjunta e simultânea do processo de transformação cultural, na qual, necessariamente, preconceitos milenares deverão ser abolidos, trazendo como consequência o resgate da imagem social dessas pessoas.

142. O PT tem a compreensão de que uma sociedade que tem por objetivo o lucro e a exploração, e tem seus fundamentos na visão utilitarista e competitiva do homem, não pode responder aos anseios de plena emancipação das pessoas portadoras de deficiência. Porém, sabemos que, do ponto de vista social, essas pessoas podem contribuir para a geração de bens e serviços para a sociedade. Sabemos também que a competitividade dos portadores de deficiência evolui com os conceitos sociais de utilidade, com o desenvolvimento científico e tecnológico e com as transformações das formas de produção. Por tudo isso, apenas com a construção de uma sociedade socialista, igualitária (no sentido dos direitos sociais) e fraterna as pessoas portadoras de deficiência poderão ter condições de plena oportunidade e de ver assegurados os seus direitos de plena igualdade.

143. A juventude tem um papel importante na construção do socialismo e do PT, que foi considerado uma alternativa de futuro. Reconhecer a necessidade do trabalho petista entre os jovens significa perceber suas características de heterogeneidade, pluralidade, abertura para a construção de novos valores, criatividade, irreverência e, principalmente, a contribuição que a juventude pode trazer para resgatar o caráter de um partido jovem, novo e de futuro.

144. A juventude não se limita simplesmente pela faixa etária, mas principalmente como momento de reflexão, de opção, de escolha de um projeto de vida e por seu potencial de combatividade e disposição de luta. Mas, na atual situação, premida por uma superexploração no trabalho, discriminação e obrigações impostas pelas elites, vê seus ideais de liberdade contrariados. Hoje, a sociedade brasileira marginaliza o jovem, política, econômica e socialmente. Nesse sentido, temos que afirmar uma moderna condição juvenil que rejeite o estigma e o preconceito ao jovem como incapaz, inseqüente ou, simplesmente, “o futuro do País”. A juventude é o presente. E o grande desafio do PT é ousar na luta pela conquista e o exercício pleno da cidadania.

145. O Partido dos Trabalhadores realizará uma ampla campanha de resgate da cidadania infanto-juvenil, no sentido de esclarecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como para fiscalizar o seu cumprimento, implantar lutas para a concretização dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente, desenvolver campanhas contra a discriminação e extermínio de crianças e adolescentes, que significa, principalmente, o extermínio de crianças negras.

146. Nossa ação política deve sintonizar-se com os movimentos internos de interesses específicos que movem esses segmentos, à margem dos canais de informação institucionalizados, e intervir nesta realidade, que não está nas contradições formais do chamado mundo do trabalho, apreendendo as experiências e incorporando-as às disputas políticas pela democracia, compreendendo a sua dimensão radical, abrangente e cidadã.

147. É necessário que os movimentos populares e demais movimentos sociais e culturais da sociedade articulem e politizem suas lutas reivindicatórias, conferindo-lhes um caráter nacional e alternativo às propostas do governo, como é o caso do movimento de habitação e saúde nas disputas em torno da Lei do Inquilinato, do Plano de Custeio e Benefício da Previdência e da iniciativa popular legislativa que propõe a organização do Fundo Nacional de Moradia Popular.

148. O acúmulo na frente institucional não acontecerá se não avançarmos no campo social, o que fica evidente em nossa própria experiência nas administrações municipais e no Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras). Nenhuma política de governo e nenhuma proposta parlamentar se viabiliza sem sustentação social e sem pressão popular, muito menos um governo em nível nacional. Assim, o crescimento, a generalização e a politização dos movimentos sociais é fundamental em nossa política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia.

149. A ação de governo que o PT exerce hoje tem que ser vista como elemento decisivo na consolidação de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interagir com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer, de fato e de direito, a hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que no nível municipal.

150. Está, portanto, colocado na prática para o PT o problema da democracia, do governo de coalizão, da alternância no governo e, principalmente, de demonstrar no dia-a-dia sua capacidade de fazer uma vida mais digna, feliz e justa para milhões de cidadãos. Por tudo isso, temos de superar os problemas existentes na relação das prefeituras com o Partido, com os movimentos sociais e nossas dificuldades administrativas e políticas.

151. A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise econômica e social do País. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil.

152. Em síntese, no atual período, em que se trata de travar uma luta decisiva contra o projeto neoliberal capitaneado pelo Governo Collor, a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do País. Envolve a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil.

153. Toda essa visão, e a proposta que apresentamos à sociedade, tem relação direta com nossa concepção de socialismo democrático, reafirma nossa vocação democrática e pluralista, nosso compromisso com a luta institucional e social como meio de alcançarmos o poder com o apoio da maioria do povo brasileiro,

sem nos afastarmos da luta social, dos interesses da classe trabalhadora e da luta por transformações radicais na sociedade brasileira, pela democratização do poder, da terra, da riqueza, da informação e da cultura. Portanto, nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994. Nesse sentido, tem papel central o Governo Paralelo, como instrumento de construção do Programa de Governo, mantendo um diálogo com os movimentos sociais e sendo uma referência para nossa atuação no Legislativo e nos governos municipais.

154. Da mesma forma, para criar as condições para a disputa de 1994, temos que assumir a luta pela democratização das Forças Armadas e dos meios de comunicação no plebiscito e na reforma constitucional, em 1993. Nesse sentido, o PT precisa preparar-se para a disputa eleitoral de 1992 e para as reformas constitucionais de 1993, ampliando sua atuação, radicalizando os movimentos sociais e criando um bloco democrático e popular para derrotar a política do governo Collor. Só assim poderemos assumir a direção política do processo de disputa da hegemonia que, neste momento, Collor e a burguesia exercem no País.

O BRASIL QUE QUEREMOS TRANSFORMAR

155. Os anos 80 talvez tenham sido o momento em que o capitalismo brasileiro mostrou mais claramente suas mazelas. O Brasil não cresceu, enfrentou vários anos de recessão, outros de estagnação. Chegamos a 1990 com o mesmo produto interno bruto que tínhamos em 1980, mas com uma população bem maior. É visível o aumento da miséria: os serviços públicos essenciais entraram em colapso. Durante toda a década, os diferentes caminhos tentados pelas elites brasileiras não estabeleceram as bases de um modelo alternativo àquele implantado pela Ditadura Militar, enquanto, por outro lado, agravaram a crise socioeconômica que o País atravessa, marcada pela estagnação, pela ampliação da miséria e pela marginalização de parcela considerável da população brasileira.

156. A eleição de Collor, em 1989, foi feita com base na promessa de que essa fase de estagnação seria superada. Após dois planos econômicos frustrados e várias mudanças ministeriais, o que Collor nos oferece de concreto, no seu primeiro ano de governo, é a maior recessão da história brasileira, o que tem impacto direto na sua base social e política, mesmo no interior da burguesia. O enorme custo social e os riscos envolvidos na política do Governo Collor intensificam a disputa política que se trava no País, tendo em vista as eleições presidenciais de 1994. Vários projetos já se encontram em articulação na sociedade, a partir de posições no aparelho de Estado, prefeituras, governos estaduais, Congresso Nacional, meios de comunicação de massa e disputa direta da base social. Brizola, Quéricia, Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Sarney e o próprio Collor movimentam-se, desde já, tendo em vista a próxima disputa presidencial. O PT deve tirar todas as conseqüências deste quadro, pois é nele que, nesta conjuntura, se materializa a disputa por hegemonia na sociedade brasileira.

157. A crise brasileira não é uma crise qualquer. País de industrialização mais avançada no Continente e com um imenso potencial econômico, vivemos, hoje, a crise mais intensa de todo o século XX. Um País que manteve uma taxa de

crescimento histórico do PIB em 7% ao ano no período do pós-guerra, com um crescimento de quatro vezes o PIB por habitante, permaneceu praticamente estagnado nos anos 80. A estrutura produtiva envelheceu, o fluxo positivo da poupança externa se inverteu, em função da dívida externa. A economia brasileira perdeu competitividade de forma acelerada e tenta manter posições no comércio exterior com um brutal arrocho salarial e deterioração do câmbio. O Estado está fragilizado financeiramente e com imensas dificuldades para reverter este quadro de deterioração econômica e social. A hiperinflação passou a rondar perigosamente o País. E as próprias bases materiais da democracia vão sendo solapadas pelo avanço da crise.

158. Neste cenário, o projeto alternativo que o PT apresenta, explicitado no PAG [Programa de Ação de Governo] da candidatura Lula, nos projetos do Governo Paralelo, no programa alternativo de estabilização e desenvolvimento, nas políticas públicas levadas a cabo por nossas administrações municipais, na plataforma do movimento sindical combativo, na ação de nossas bancadas parlamentares, está centrado na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas.

159. O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional, a partir da qual se pode desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico no País. Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente para superar fases de crise estrutural semelhantes à nossa. Uma opção desse tipo implica uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteado a ação governamental neste país. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das demandas populares básicas.

160. Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, modernizar a sociedade significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições de vida da população, a participação política crescente do povo nas decisões de governo. Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado.

161. O PT deve se preocupar, também, em apontar propostas que ofereçam perspectivas de avanços para o movimento social no campo da democracia e dos direitos econômicos. Propostas que sirvam de referência para uma luta combinada nos parlamentos e em campanhas de rua. Neste sentido, tão importante quanto nossas proposições econômicas, que indicam uma nova perspectiva de desenvolvimento para o País, são as nossas propostas para a reforma constitucional de 1993, abrangendo itens voltados para a democratização da sociedade e do Estado. A importância do Partido em levantar esta bandeira, desde já, decorre da necessidade de acumularmos força contra o movimento das elites, que pretendem restringir os direitos democráticos conquistados em 88, em nome da “governabilidade”, apregoada, antes, por Sarney e, agora, por Collor. A essa campanha para 93 devemos combinar a luta pela regulamentação de direitos conquistados em 88, e que vêm sendo alvo de manobras protelatórias por parte da maioria conservadora do Congresso Nacional.

162. Tanto na ação de regulamentação da Constituição de 1988, quanto nas discussões da reforma constitucional, a ação do PT deve se pautar pelo fortalecimento da sociedade civil, direcionada para um maior controle social sobre o Estado e as instituições, especialmente dos meios de comunicação de massa; este caminho nos permite operar com a perspectiva de apropriação do Estado pelo povo organizado, através da democratização radical de suas instituições e da criação de canais de controle e de participação popular em seu interior.

Nessa linha, assume importância decisiva a qualificação do trabalho parlamentar do PT, com nossas bancadas unificando sua atuação em torno de projetos de democratização do Estado e do próprio Parlamento, de saídas globais para a crise e propostas de política públicas. Tal postura exige também, de nossa parte, um esforço para a viabilização, em nossas prefeituras, das propostas de participação popular e de democratização do Estado. Um insucesso do PT, nesse campo, desgastará nossa luta estratégica por democracia, seja pelo uso que disso farão nossos adversários, seja pela desmoralização de nossa própria base social.

AS ELEIÇÕES DE 1994

163. Ao definir como nossa perspectiva de médio prazo a conquista da Presidência da República em 1994 – e como batalha já em curso a disputa das eleições de 1992 e a reforma constitucional –, o PT entende que nossa ação política só tem sucesso quando está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional. Para o PT, conquistar a Presidência da República significa não só obter uma vitória eleitoral, mas também as condições para governar e cumprir o seu programa. Portanto, a pavimentação de nosso caminho para uma vitória eleitoral em 1994, e para a viabilização de um governo democrático e popular, exige mudanças em nossa forma de intervir e nos relacionarmos com a sociedade e uma política de alianças que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças sociais que incorpore, também, os setores desorganizados e marginalizados da população. Passa também, necessariamente, por um

crescimento qualitativo do movimento social e de suas organizações e pelo aprofundamento da democratização da sociedade e do Estado brasileiro.

164. Numa realidade onde são valores populares o fisiologismo, o paternalismo, o machismo; onde o índice de analfabetismo é altíssimo; onde o desinteresse pela participação política é crescente; em que grande parte das classes populares está alijada da participação na sociedade; onde os índices de pobreza são alarmantes e a comunicação é monopólio das classes dominantes, só poderemos implementar nossa tática se conseguirmos desenvolver, de forma criativa e pedagógica, um intenso trabalho político e organizativo de base, que difunda valores democráticos, socialistas e humanitários junto a parcelas crescentes da população.

165. Os rumos políticos do Brasil nesta década dependerão, em grande medida, da capacidade que a esquerda demonstre em transformar nosso projeto alternativo de desenvolvimento num catalisador de um poderoso movimento social por reformas, por um novo caminho de desenvolvimento econômico, político e social para o País, que não apenas supere a crise atual, mas também o modelo excludente que sempre marcou o capitalismo brasileiro. Centrado na ampliação do mercado interno brasileiro, na democratização da renda, da terra e da informação, na reorganização do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas e do espaço democrático, o nosso projeto alternativo deve se constituir em eixo da ação política das diversas frentes de atuação partidária e social.

166. Neste quadro, vemos a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores, voltada para atender as reivindicações e anseios históricos e contemporâneos de nosso povo e na perspectiva de construção do socialismo. O programa de reformas implementadas por este governo atingirá interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar, ampliando conflitos políticos no Estado e na sociedade.

167. Nessa situação, o governo democrático reafirmará como referência central da sua sustentação a participação organizada dos setores populares e da maioria da população e uma política de alianças com partidos e setores democráticos e populares, que só se viabilizará se mostrar, desde o início, seu intransigente compromisso popular, através de medidas econômicas, políticas e sociais imediatas. Estará, assim, visível a diferença com governantes anteriores, o que animará a participação política dos milhões hoje descrentes ou manipulados politicamente.

168. Mas a luta por um governo desse tipo não se restringe às eleições. Passa pela politização dos trabalhadores e pela constituição de um amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado e de uma promoção de valores anticapitalistas e democráticos; por uma alternativa política imediata e global à situação, que oriente nossa atuação nos movimentos sociais e na disputa política na sociedade, englobando os mais diversos aspectos da vida nacional como, entre outros, uma política salarial de redistribuição de rendas e investimentos; a suspensão da dívida externa; uma ampla reforma agrária e uma política agrícola que apóie o

pequeno agricultor; a democratização dos meios de comunicação e das Forças Armadas.

169. A conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder, de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo, mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade.

170. O PT, compreendendo essa realidade nacional, defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo. Uma democracia que articule formas representativas e diretas. É uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração.